

Reforma Fiscal Ambiental: fiscalidade e incentivos no sector energético

Resumo Executivo

1. Introdução

A Reforma Fiscal Ambiental tem um duplo objectivo: (i) aliviar a carga fiscal sobre o “lado bom” da economia, designadamente o emprego; e (ii) agravar as taxas e carga fiscal sobre o “lado mau” da economia, designadamente a poluição, o desperdício e o uso intensivo de recursos naturais.

Podemos destacar como objectivos chave da política energética europeia e nacional: (i) aposta na eficiência energética; (ii) evolução para um sistema energético assente nas energias renováveis e novas tecnologias, mais sustentável e menos dependente; (iii) procura sistemática de soluções com melhor eficácia/custo; (iv) transparência e abertura dos mercados da energia.

O GEOTA defende como opções da política energética a prioridade à eficiência, a eliminação de subsídios perversos e a concretização de medidas públicas de incentivo que alavanquem investimentos privados custo-eficazes, promovendo a eficiência e a transição para energias renováveis de baixo impacte.

2. Evolução do sistema energético nacional

O sistema energético português tem-se caracterizado por maus indicadores de eficiência. A intensidade energética do produto, 180 tep/M€, é muito superior à média da UE-27, 169 tep/M€. Na evolução deste indicador podemos distinguir dois períodos: de 1990 até 2005 a ineficiência do sistema piorou, mas desde então todos os sectores têm mostrado melhorias. Os consumos globais de energia primária e final também estão a descer; no período 2005-2009 a causa principal da descida é a modernização tecnológica e investimentos modestos em eficiência energética; desde 2010 a causa maior será a recessão económica.

As tendências de redução de consumos contradizem as previsões oficiais de crescimento, que continuam a pressionar investimentos inúteis em sobre-equipamento, em especial no sistema electroprodutor. O novo paradigma do produtor-consumidor e do primado à eficiência ainda não é acolhido pelas autoridades.

O sector dos transportes, o maior consumidor de energia, é condicionado pela ausência de políticas de mobilidade e ordenamento do território, apresentando indicadores de eficiência muito desfavoráveis.

3. Distorções do mercado da energia

O mercado da energia em Portugal é hoje caracterizado por **distorções de 4 300 M€/ano**. A maioria das distorções destina-se a subsidiar a produção e consumo de energia e o uso do automóvel individual, favorecendo o desperdício, as más práticas de gestão e o investimento em sobre-capacidade. Os impactes resultantes incluem consumos e custos desnecessariamente elevados da energia, emissão de gases de efeito de estufa, gases ácidos e outros poluentes, degradação do território e da biodiversidade. A maioria das distorções prejudica a generalidade dos consumidores (famílias e empresas), em benefício de um pequeno número de destinatários: grandes empresas dos sectores da energia, construção, concessões rodoviárias, indústria automóvel e banca. Podemos destacar os seguintes pontos:

- Sector eléctrico: as garantias de potência, a favor das centrais convencionais térmicas e hídricas, têm custado o triplo do requerido para garantir a segurança do sistema; a produção em regime especial (PRE), criada para facilitar a entrada no mercado das tecnologias renováveis e emergentes, foi distorcida para incluir co-geração fóssil e outros subsídios perversos; o programa nacional de barragens, caro e com impactes elevados; o défice tarifário eléctrico é uma dívida crescente a vencer juros; falta concretizar a taxa de utilização da água para electroprodução;
- Impostos e taxas sobre a energia: subsistem isenções ou reduções em diversos impostos e taxas ligados à energia, com destaque para o ISP e IVA; deve ser criada uma taxa de carbono;
- Sector dos transportes: devem ser eliminados os benefícios aos “carros de empresa”; o IUC dos veículos diesel deve ser equilibrado; devem ser criadas taxas de tráfego aéreo e transportes internacionais rodoviários; e deve ser criado um imposto sobre os concessionários das ex-SCUT.

4. Potenciais de poupança

Os estudos existentes permitem estimar os potenciais de eficiência energética e respectivos custos. Os sectores mais estudados são a habitação e a indústria. O sectores dos transportes e serviços são mais difíceis de trabalhar, mas as tendências são conhecidas.

Genericamente podemos dizer que os melhores investimentos, poupando cerca de 10% dos consumos, têm elevada rentabilidade. Os investimentos seguintes, correspondendo a 10-20% de poupanças adicionais, são economicamente interessantes, especialmente comparados com os custos da produção; mas a sua aplicação depende da disponibilidade financeira a juro baixo, ou da existência de incentivos moderados. Acima deste nível ainda existe um potencial de poupança significativo, mas com rentabilidade pouco interessante, pelo que só é concretizável com opções muito voluntaristas.

5. Síntese de propostas

Eliminação de distorções de mercado e criação de ecotaxas		
Sector	Medida	Valor (M€/ano)
Electricidade	Reduzir garantias de potência	400
	Eliminar PRE cogeração e biomassa dedicada	430
	Reduzir PRE renováveis	290
	Evitar encargos com novas barragens (*)	215
	Criar taxa uso água p/ electroprodução	116
	Eliminar défice tarifário (*)	322
	Subtotal	1 773
Taxas de energia	Aplicar ISP à ferrovia e navegação fluvial	27
	Alinhar ISP e IVA na agricultura	108
	Alinhar ISP na indústria	45
	Alinhar IVA dos combustíveis pesados	27
	Alinhar ISP da gasolina e gasóleo	137
	Alinhar ISP da electricidade	166
	Alinhar ISP do gás natural, todos os usos	60
	Criar taxa de carbono	279
	Subtotal	849
Transportes	Eliminar benefícios aos carros de empresa	483
	Taxa de tráfego aéreo	98
	Vinheta transportes internacionais rodoviários	170
	Alinhar IUC veículos diesel	594
	Criar imposto sobre concessões rodoviárias ex-SCUT	350
	Subtotal	1 695
Total de distorções quantificadas		4 317
Total passível de poupar/cobrar de imediato (excepto *)		3 780

Proposta de aplicação das verbas poupadas/cobradas	
Eixo prioritário de intervenção	Valor (M€/ano)
Incentivos eficiência energética e renováveis descentralizadas	500
Resgate do défice tarifário em 10 anos via BEI	500
Investimento na rede ferroviária e outro transporte público	500
Resgate das barragens do Baixo Sabor, Foz Tua e Ribeiradio	300
Redução de impostos sobre o trabalho	2 000
Total	3 800